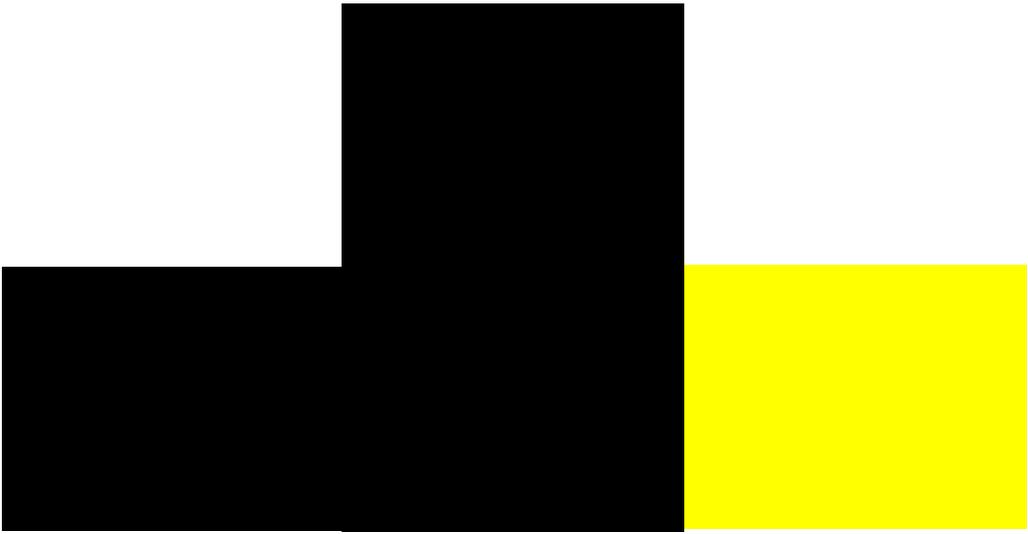


Crises e pandemias: processos de aprendizagem, retrospectivas e perspectivas de ação no campo das políticas culturais

Lia Calabre

Doutora em história. Professora do PPGMA/FCRB e do PPCult-UFF.

E-mail: liacalabre@gmail.com



Apresentação

A primeira década do século XX foi, no mundo ocidental, de crença no progresso eterno da humanidade. Um clima feérico tomava conta das cidades europeias e, de alguma forma, chegava a contaminar o imaginário das ex-colônias latino-americanas, ainda que muitos dos avanços tecnológicos não houvessem chegado por aqui. A eclosão da Primeira Grande Guerra, em 1914, colocou os paradigmas de civilidade e de desenvolvimento ocidentais em cheque. Os avanços tecnológicos serviram, em muitos casos, para o aperfeiçoamento das máquinas de guerra, ou ainda, para a manutenção das explorações e desigualdades nos chamados países do Terceiro Mundo.

Fim de século XX, virada do novo milênio. Promessas de um mundo altamente tecnológico, com megacentros urbanos, com inteligência artificial. Nesse mesmo contexto de promessas e de corridas para tempos extraordinários, assistimos à destruição acelerada do meio ambiente, o aquecimento global, com poluição e queimadas; expansão das fronteiras agrícolas, manutenção dos altos níveis de desigualdade social e outras inumeráveis mazelas sociais. Todos eles, processos provocadores de instabilidades das mais diferentes espécies, inclusive produzindo reações violentas da natureza. Esse cenário obriga a “dita humanidade” a travar outras batalhas, agora contra os fenômenos climáticos inesperados, contra as pandemias, contra os múltiplos vírus que se propagam mundialmente com a mesma rapidez das novas tecnologias.

É interessante pensar que a primeira década do século XXI, nessa parte de cá do ocidente que se chama América Latina, foi marcada pela presença considerável de governos progressistas e populares, eleitos democraticamente - em alguns países tal processo foi iniciado ainda nos últimos anos do século anterior. Foram vivenciadas experiências de aberturas de diálogo, por parte dos governos, com diversos segmentos e atores sociais antes completamente alijados das instâncias de poder, assim como, muitas vezes, invisíveis dentro do planejamento das políticas públicas.

Foram iniciadas, ou ampliadas, ações que tanto visavam a abrir caminho para um processo de reconhecimento mais efetivo da cidadania cultural em sua considerável diversidade, quanto promover a incorporação de uma noção mais ampliada de cultura no

tratamento a questões ligadas às políticas públicas. Pensando no caso do Brasil, podemos perceber que há a coexistência de diversos paradigmas de políticas culturais. Alguns desses vinculados no passado escravista, patriarcal e alinhados aos padrões elitistas e eruditos de cultura. A grande extensão territorial associada a uma grande disparidade entre as condições de vida (educação, habitação, saneamento, saúde etc.) provocam a existência e a convivência de diversas temporalidades. Pode-se, por exemplo, identificar a ocorrência de situações de acesso pleno tecnológico por um lado, chegando à completa ausência de recursos e de direitos, de outro.

Néstor García Canclini, ainda nos anos 1980, ao refletir sobre a realidade das políticas culturais na América Latina, criou uma espécie de quadro tipológico e de paradigmas adotados pelos países, com seus principais atores, ações e noções de cultura (CANCLINI, 2019). Ainda que tenham transcorrido mais de três décadas do lançamento da primeira versão do artigo, a análise proposta e a síntese apresentada por Canclini continuam ainda vigentes. Alguns países – utilizando-se a classificação de modelos de políticas culturais do quadro tipológico acima citado - vinham mantendo, até o início dos anos 2000, suas políticas culturais iluminadas pelo paradigma da democratização cultural, ou seja, trabalhando pela popularização e difusão da alta cultura. De maneira sintética significa dizer que a base das ações estava assentada na ideia de que se deveria levar cultura para a população que não a possui, ou seja levar aquilo que seria a cultura com “C” maiúsculo. Em diversos casos havia uma forte coexistência desse paradigma com o da privatização neoconservadora, como no caso do Brasil, permitindo que grande parte das decisões sobre a aplicação de recursos e a escolha dessa produção cultural a ser financiada fosse controlada pela iniciativa privada, respondendo aos interesses do mercado (CANCLINI, 2019, p. 56).

No final dos anos 1990 e início dos 2000, com a ascensão dos governos progressistas e de esquerda na América Latina, alguns países foram aproximando a prática das políticas culturais do modelo que Canclini chamou de paradigma da democracia participativa. Nesse paradigma as transformações teriam como principais agentes os partidos progressistas e os movimentos populares independentes, buscando o

“desenvolvimento plural das culturas de todos os grupos de acordo com suas próprias necessidades” (CANCLINI, 2019, p. 57).

No caso do Brasil, no início dos anos 2000, foram sendo fortalecidas as instâncias e ferramentas de gestão pública democrática de uma maneira geral. A implantação de conselhos populares e paritários de políticas públicas, a criação de fóruns, a realização de inúmeras conferências setoriais, são alguns dos exemplos da implementação de um projeto de ampliação da participação da sociedade na construção das políticas públicas. No campo da cultura, movimentos sociais e culturais, coletivos, grupos tradicionais locais, foram se fortalecendo, descobrindo um potencial mais efetivo de ação. Novas lideranças culturais e políticas emergiram, em especial, na primeira década do século XXI, em um movimento de busca pelo direito à *pólis* e à cidadania cultural.

Podemos citar como um dos exemplos da busca de fornecer respostas a esses anseios da população, por parte do então Ministério da Cultura, a política de financiamento de iniciativas culturais de cunho territoriais, através do Programa Cultura Viva¹, mais especificamente com o reconhecimento dos Pontos de Cultura (com inúmeros desdobramentos, inclusive internacionais). Ocorreu um grande investimento na valorização dos saberes de fazeres tradicionais, com a realização dos primeiros seminários das culturas populares, com o objetivo de conhecer as necessidades e anseios do campo.

Também nesse início dos anos 2000, muitos dos órgãos de governo que atuam no campo cultural, passaram a operar com um conceito mais amplo de cultura, que está presente, por exemplo, nos documentos internacionais da UNESCO, como a Declaração do México sobre as Políticas Culturais, de 1982 (resultado da primeira Conferência Mundial sobre Políticas Culturais – MONDIACULT). NO Brasil, foram intensificados os diálogos entre diversos níveis de governo e entre os poderes do Estado, na busca de alçar a cultura a uma categoria efetiva de política pública. Cooperações técnicas nacionais e

¹ Para mais informações ver: BARBOSA, Frederico e CALABRE, Lia (orgs.) **Pontos de cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva**. Brasília: Ipea, 2011.

internacionais, com finalidades diversas, foram intensificadas – como, por exemplo, aquelas que visavam a produzir informações e indicadores para o campo da cultura. Todos esses movimentos estavam construindo um cenário que se mostrava promissor no caminho que parecia nos levar à consolidação de sociedades mais democráticas e participativas, menos desiguais, com mais justiça social. Havia um diálogo e um intercâmbio de ações dos governos progressistas que haviam se instalado em boa parte de nosso continente, tratava-se nas reuniões de Ministros da Cultura, desde mercados comuns para a circulação dos produtos das indústrias culturais locais com o fortalecimento da cultura de base comunitária com a estruturação do Programa Ibercultura Viva.

É revisitando práticas democráticas e participativas, atentando para algumas das experiências acumuladas, dialogando com as inúmeras crises vividas pelo setor a partir da proximidade dos anos 2020, que o presente artigo pretende, por um lado, refletir, rapidamente, sobre os caminhos trilhados no campo da estruturação das políticas culturais nas últimas duas décadas, para então buscar apontar sendas que possam nos conduzir a outras veredas verdejantes, afastando-nos do caos que sofreu o setor da cultura no conjunto dos países e suas diversas regiões, seja com o crescimento dos momentos conservadores, neoliberais e de direita, que foram chegando ao poder no continente, seja com a pandemia do coronavírus, que colocou as sociedades em estado de isolamento social, suspendendo por praticamente dois anos o conjunto das atividades culturais presenciais.

Retrospectiva

A área da cultura, no Brasil, em sua relação com os governos, tem como uma de suas marcas a descontinuidade das ações e das políticas. A década de 1930 é considerada como a dos marcos iniciais das políticas culturais no país. Um período muito fértil, com iniciativas variadas e estruturantes (como a da criação do IPHAN). Após um período de ausência da cultura na pauta das políticas do governo federal tivemos, entre 1966 e 1980, a criação e implementação de uma série de instituições, ações e políticas. As duas

experiências têm em comum o fato de ocorrerem em regimes ditatoriais. Com o fim da ditadura militar e o retorno à normalidade democrática, em 1985, o país vivenciou o processo de trabalho da Assembleia Constituinte, resultando na promulgação da Constituição de 1988 – a “Constituição Cidadã” –, onde a cultura ganhou um novo destaque. Entretanto, a área só obteve efetividade dos ganhos constitucionais no século XXI. Mais especificamente no início do mandato do presidente Lula, quando foram regulados, através de Propostas de Emendas Constitucionais (PECs), os principais artigos que tratavam do tema. O Ministério da Cultura (MinC) havia sido criado em 1985, dotado de um orçamento ínfimo, com pouca capacidade operacional. Em 1986, foi promulgada a Lei nº 7.505, de 02 de julho, a primeira lei de incentivo fiscal que ficou conhecida como Lei Sarney, na busca de obter recursos financeiros para a área. Em 1990, a Lei Sarney foi extinta e substituída, no ano seguinte, pela Lei Rouanet.

Após mais de uma década de predomínio absoluto das leis de incentivo à cultura como principal (algumas vezes única) política cultural implementada pelo governo federal, chega-se ao período da gestão do ministro Gilberto Gil (2003-2008) no MinC. Um dos primeiros pontos a destacar é o da transformação da estrutura interna do Ministério, dotando-o de mais capacidade política e operacional, com as Secretarias voltadas para a elaboração e a implementação de ações e políticas. Aqui, especificamente, vamos destacar dois pontos característicos da gestão: a implementação de estratégias de diálogo e participação da sociedade civil e a da busca da construção de políticas estruturantes.

Ainda em 2003, primeiro ano de governo, foram realizados seminários e encontros, nas mais diversas regiões do país, buscando atingir alguns objetivos de caráter mais geral tais como: imprimir uma ação mais territorial, abrir canais de diálogo com os mais diversos atores sociais e políticos, conhecer melhor a diversidade e a realidade cultural do país. Esses encontros foram embriões de uma política de intenso diálogo do Ministério com o setor cultural de maneira ampliada e com a sociedade, em geral, inclusive com os setores empresariais, que se manteve por mais de uma década. A circulação e a presença mais efetiva do Ministério da Cultura por todo o país era uma

grande inovação. Entre 2003 e 2010, o MinC realizou inúmeras consultas públicas, seminários, encontros setoriais, ora buscando contribuições para a elaboração das políticas, ora buscando retornar aos territórios, com algumas das medidas, iniciativas e políticas que foram sendo confeccionadas, para discutir e aperfeiçoar com a participação da sociedade. Era necessária a criação de ferramentas que dotassem o setor cultural de uma maior institucionalidade, nos diversos níveis de governo do país e no diálogo e cooperação entre eles. Essa é a base do projeto do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Composto por um conjunto de mecanismo e instrumentos, a essência do SNC, é a da cooperação federativa com um alto grau de participação social. Ele é composto e integrado pela replicação do desenho sistêmico nos níveis estadual e municipal.

Os elementos principais do Sistema Nacional de Cultura são o conselho de política cultural; o plano de cultura; o fundo de cultura; a realização da conferência de cultura, e a existência de um órgão gestor. O conselho deverá ser composto, no mínimo de forma paritária, entre o governo e sociedade civil. O fundo de cultura deve ter em seu conselho gestor representantes da sociedade civil. As conferências de cultura devem ser convocadas regularmente e contar com a participação da sociedade em geral. O plano de cultura deve ser elaborado com base nas consultas e nas conferências de cultura e submetido à consulta pública antes da aprovação do texto final. O SNC, assim como os seus congêneres estaduais e municipais, deve também possuir um Sistema de Informações Culturais contendo cadastros e informações fundamentais para a efetivação da gestão da cultura. Podemos observar que a construção do sistema tem como um de seus pilares a participação da sociedade civil.

Na estrutura de um sistema setorial de política pública, outro elemento importante é o financiamento público implementado através de um fundo de cultura. O SNC possibilita que ocorra repasse de verbas públicas entre os diferentes níveis de governo, através de seus fundos, que cumprem um papel estratégico no processo de circulação de recursos com destinação definida. O uso do sistema de repasse fundo a fundo agiliza a transferência de recursos e diminui os processos burocráticos que envolvem outras formas de repasse financeiro entre os diferentes níveis de governo.

O processo de construção de um sistema nacional, de qualquer área de política pública, é complexo, envolve várias etapas, disposições políticas, experimentações e ajustes. No caso da cultura, a falta de tradição de ser uma efetiva área de política pública, somada à complexidade da área e à multiplicidade de visões sobre o que é cultura, complexifica mais ainda a questão. A conjugação dos esforços do poder público com a constante mobilização da sociedade civil foi determinante para a implantação do SNC em 2012 e seu contínuo desdobramento nos níveis estadual e municipal. Há muito ainda a ser feito para o pleno funcionamento do Sistema, as avaliações e os aperfeiçoamentos devem ser realizados periodicamente na busca de seu fortalecimento e efetividade.

Tempos de crise e pandemia

O governo que se iniciou em 2019 levou ao extremo a prática da descontinuidade. Primando por dismantelar a área da cultura, começou por extinguir o próprio Ministério. Buscando desconstruir as bases e os princípios sobre os quais foram edificadas as políticas culturais federais, em especial aquelas construídas desde o início do século XXI, as ações, projetos e políticas realizados passaram a ser desqualificados e perseguidos pelo atual governo. Foi sendo construído um projeto maniqueísta de difamação dos trabalhadores da cultura, em especial sobre o possível mau uso dos recursos públicos, como se houvesse um enriquecimento ilícito. Somado a isso tem início no país uma forte onda conservadora, que conta com o apoio de setores do governo, que resultou em várias ações de censura aos eventos culturais e a conteúdos de obras artísticas

A grande maioria das pessoas nomeadas para atuar no setor federal da cultura, ocupando os cargos de presidência e de direção das instituições vinculadas e das secretarias de governo federal, passou a atuar pela interrupção das políticas até então vigentes. Observa-se, inclusive, a tentativa de descaracterização das ações e das missões de diversos órgãos federais, alguns quase centenários como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Devemos acrescentar aqui o fato de que também a maioria dessas pessoas nomeadas para os cargos não tinha nenhuma experiência de gestão nem na área da cultura, nem na área pública. Um volume considerável de

programas foi descontinuado, financiamentos foram interrompidos, projetos cancelados ou recursos simplesmente cortados. Um complexo cenário de asfixia se instalou no campo da cultura ainda no primeiro ano do governo Bolsonaro.

Em meio a uma crise federal aguda de retirada de investimentos e de bloqueio dos recursos legalmente destinados para a área da cultura (como é o caso do Fundo do Audiovisual), o início do ano 2020 trouxe a pandemia, o obrigatório isolamento social e o aprofundamento dos problemas vividos pelo conjunto dos trabalhadores da cultura.

Nos primeiros meses da pandemia, a sociedade brasileira em geral vivenciou uma situação dicotômica da qual talvez muitos não tenham se dado conta. A situação era de isolamento obrigatório acompanhado de um turbilhão de notícias sobre o avanço da pandemia, do número de mortos que crescia diariamente, das perspectivas sombrias de uma crise que dava sinais de que se alastraria por um tempo maior. A internet foi se transformando em um potente canal de “encontro”, ainda que virtual. A liberação do acesso a conteúdos culturais, as visitas virtuais aos museus, a produção literária e musical, permitiam amenizar o sofrimento cotidiano com o agravamento da pandemia. Enquanto muitos artistas realizavam apresentações virtuais, muitas vezes produzidas de maneira caseira e que serviam de verdadeiro bálsamo para os que obrigatoriamente estavam presos em suas casas, vários desses mesmos artistas viam seus meios de sobrevivência financeira desaparecendo por completo.

No Brasil, havia por parte do governo federal um nítido descaso no que tange a resolução da trágica situação na qual se encontrava o conjunto dos trabalhadores da cultura, muitos deles informais e com atividades intermitentes. Assistimos, inclusive, ao surgimento de vários movimentos de coleta e distribuição de cestas básicas e outros auxílios para os trabalhadores da área. Não foram poucos os instrumentos musicais (de trabalho) vendidos para que seus proprietários pudessem arcar com o pagamento das contas.

Aqui vale ressaltar o fato de que alguns governos municipais realizaram ações emergenciais, redirecionando os recursos das ações culturais presenciais para a alternativa da produção para os meios virtuais. Novos formatos de editais foram lançados.

Foram pensadas alternativas de produção e consumo culturais que pudessem ser implementadas sem interferir na manutenção do processo de isolamento social. Podemos citar aqui o caso do município de Niterói que, entre outras medidas, adiantou parte da bilheteria dos espetáculos já contratados para os espaços da Prefeitura, com o compromisso de que, com a reabertura dos equipamentos, os espetáculos viessem a ser realizados.

Observa-se que, ainda no mês de março de 2020, atores sociais diversos, tais como: militantes e ativistas políticos, gestores, trabalhadores da cultura em geral, legisladores, começam a se articular em busca de alternativas para a criação de auxílios para o campo. Todos os espaços culturais haviam sido fechados, o exercício de produzir algo que pudesse ser comercializado em formato “delivery” era de difícil execução, em especial se levarmos em conta as múltiplas atividades que compõem o setor. Frente ao descaso da Secretaria Especial da Cultura (antigo Ministério) e do Ministério do Turismo para a situação de imensa dificuldade vivida pelos trabalhadores da cultura, assiste-se o acionamento do poder legislativo federal na busca da construção de alternativas para a sobrevivência do setor. Foram vários os parlamentares envolvidos com demandas e projetos em defesa dos trabalhadores da cultura, entretanto duas deputadas federais destacam-se nesse processo: Benedita da Silva (PT) e Jandira Feghali (PCdoB).

A mobilização nacional começou em março de 2020, período em que a pandemia exigiu o cancelamento das atividades com aglomeração de público. Diante disso, o setor cultural foi imediatamente impactado. Ligou-se o sinal amarelo. Começamos então a receber cartas e manifestos e, com estes materiais, passamos a elaborar o PL nº 1075/2020. A mobilização da sociedade segue até hoje e deve permanecer, cumprindo seu papel republicano e democrático (SILVA, 2020. p. 2).

O processo de redação, aperfeiçoamento, aprovação e implementação da Lei de Emergência Cultural – Aldir Blanc foi fruto de uma experiência inovadora, que parece ser inédita, na história do poder legislativo federal. A aprovação da Lei foi de inquestionável

importância para os trabalhadores da cultura, além de proporcionar uma série de desdobramentos.

O projeto de lei (PL) que deu origem à Lei Aldir Blanc começou a ser construído, a pedido da deputada Benedita da Silva, por sua coordenação técnica, ao mesmo tempo outros PLs estavam sendo elaborados em outros gabinetes, era uma verdadeira corrida contra o tempo. A pressão da sociedade civil se ampliava, vindo através de demandas de socorro de natureza variada – auxílio emergencial, perdão de dívidas, suspensão de pagamentos de contas diversas, suspensão de pagamentos de tributos federais etc. No dia 26 de março de 2020, o PL 1075 foi protocolado e contava com a assinatura de 26 parlamentares - incluindo a da deputada Benedita (SILVA, 2020, p. 8). Ele foi o primeiro projeto sobre o tema a ser protocolado, fruto de um intenso trabalho integrado das equipes técnicas de vários mandatos e diferentes partidos políticos na busca do socorro ao trabalhador da cultura. A situação era de absoluta emergência.

O período que se estendeu da entrada do Projeto, no dia 26 de março, até sua aprovação final no Senado Federal, no dia 04 de junho de 2020, foi de intensa mobilização de diversos atores sociais e políticos. Estiveram mobilizados trabalhadores da cultura, secretários municipais e estaduais de Cultura, gestores culturais da sociedade civil e do poder público, a Confederação Nacional dos Municípios (CNM), assim como muitos representantes dos legislativos estaduais e municipais. Ainda diretamente ligado ao Legislativo Federal formou-se um grupo denominado Convergência Cultural, onde participavam ex-gestores do Ministério da Cultura, militantes da cultura da sociedade civil, assessores técnicos, havendo ainda nos encontros virtuais os convidados especiais que contribuíam para o aperfeiçoamento das propostas que estavam sendo elaboradas.

Foram realizados grandes esforços de estruturação de fóruns regionais, estaduais e nacionais para a discussão e aperfeiçoamento da proposta de lei, o setor cultural como um todo demonstrou uma boa capacidade de mobilização em torno da questão. É importante ressaltar que todo esse processo ocorreu em meio aos meses em que o número de indivíduos atingidos pela pandemia crescia vertiginosamente, inclusive o de vítimas fatais. Toda a articulação era feita de maneira virtual, muitas vezes com acessos e redes de

transmissões muito precárias, permitindo ver a desigualdade de acesso às tecnologias de informação e comunicação no país. Mesmo em um cenário que se mostrava altamente adverso a capacidade de articulação nacional foi um fator determinante nas negociações e aprovação da Lei Aldir Blanc. Dentro do legislativo, especificamente, em um acordo político estratégico, a relatoria do projeto ficou a cargo da deputada Jandira Feghali. Segundo a deputada Benedita da Silva, o Projeto da Lei Aldir Blanc “foi construído pelo setor cultural brasileiro”, os parlamentares foram “os instrumentos da consolidação do que há de mais grandioso nesse setor, o saber fazer” (SILVA, 2020, p. 2).

Não é objetivo desse artigo realizar análise da implementação da Lei Aldir Blanc, e, sim, propor que é necessário refletir a partir do processo de mobilização social, de articulação política e de vitória na sua aprovação, sobre o potencial de mobilização do setor cultural, assim como dos aprendizados que podem ser extraídos do processo de participação social como um todo. Aqui estamos referindo-nos ao processo de mobilização ocorrido para a aprovação da Lei Aldir Blanc, mas não somente a ele. Há também uma série de aprendizados e exercícios de práticas participativas que foram sendo realizados ao longo dos anos 2000, no processo de construção do Sistema Nacional de Cultura e dos elementos que o compõem, nas experiências do Programa Cultura Viva, ou ainda nos fóruns e seminários sobre culturas populares, direitos autorais, cultura digital, entre tantos outros realizados. Por isso fazer uma retrospectiva do processo de construção das políticas culturais ao longo dos anos 2000 foi importante para recuperarmos a história da construção de uma dinâmica da participação social no campo da cultura, tendo por princípios as questões da cidadania e do direito cultural em tempos de normalidade democrática.

O processo de rápida e extensa mobilização social e política em torno da questão da emergência cultural é tributário dos esforços envidados no início dos anos 2000, no qual a sociedade foi convocada a discutir a importância do reconhecimento dos direitos culturais, do reconhecimento e respeito à diversidade cultural, do reconhecimento dos saberes e fazeres advindos das culturas tradicionais. Muitos dos gestores que hoje estão nas pastas da cultura (sejam secretarias, fundações ou outros órgãos), vivenciaram as

experiências das conferências de cultura, da militância nos pontos de cultura e da construção de projetos de política de cultura, e de país, de forma democrática e participativa. A tentativa de fazer chegar aos mais distantes pontos do país o conjunto das políticas que eram implementadas pelo governo federal, aliada ao estímulo da participação social nos processos decisórios sobre as políticas, através de fóruns, conferências e planos de cultura, possibilitou a formação de diversas redes de intercâmbio e ação. Muitos dessas redes e desses atores sociais foram reconvocados ou se mobilizaram de maneira autônoma no esforço de desenhar e aprovar a lei de emergência cultural Aldir Blanc. Um estudo mais aprofundado sobre a trajetória desses atores envolvidos no esforço pela aprovação da lei certamente pode nos revelar mais sobre o papel desse acúmulo de experiências (implementadas, em especial, na primeira década dos anos 2000). Poderá permitir que possamos aprender com as experiências e trilhar novos caminhos na retomada de construção de políticas culturais democráticas, participativas e mais resistentes aos cíclicos ataques e processos de descontinuidade a que são submetidas.

Referências

- BARBOSA, Frederico e CALABRE, Lia (orgs.) **Pontos de cultura: olhares sobre o Programa Cultura Viva**. Brasília: Ipea, 2011.
- CALABRE, Lia. **Escritos sobre políticas culturais**. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa. 2019.
- CANCLINI, Néstor Garcia. **Política Cultural: conceito, trajetória e reflexões**. Salvador: EDUFBA, 2019.
- SILVA, Benedita et al. **Cartilha, memória e análise da lei Aldir Blanc**. Março/junho 2020. Rio de Janeiro. 2020 Disponível em <https://www.satedsp.org.br/wp-content/uploads/2020/07/Memoria-e-Analise-sobre-a-Lei-Aldir-Blanc.pdf>.